



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07

LEI Nº 17, DE 17 DE SETEMBRO DE 2007.

“ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município:

Faço saber que a Câmara Municipal de São João do Paraíso, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A Lei Orçamentária para o exercício de 2008 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da Lei 4.320 de 17 de Março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, compreendendo:

- I – As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – A estrutura e a organização do orçamento;
- III – As diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do município e suas alterações;
- IV – As disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI – As disposições sobre alterações na legislação tributária municipal;
- VII – As disposições gerais; e
- VIII – Anexos.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



Art. 2º - As prioridades e metas da administração pública Municipal em consonância com o artigo 165, parágrafo 2º da Constituição Federal, são as especificadas no anexo de Metas e Prioridades, que integram esta lei e que constarão do Projeto de Lei Orçamentária, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2008 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II

DAS ORGANIZAÇÕES E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta lei, entende-se por:

I – **PROGRAMA**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – **ATIVIDADE**, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – **PROJETO**, Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto de concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV – **OPERAÇÃO ESPECIAL**, as despesas que não contribuem para manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta a forma de bens ou serviço.

Parágrafo 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projeto ou operações especiais, especificando os



respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Parágrafo 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, detalhados por grupo de natureza de despesa, que representa o menor nível da categoria de programação, sendo o subtítulo, especialmente, para especificar sua localização física, não podendo haver alteração da finalidade.

Parágrafo 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

Parágrafo 4º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, respectivos subtítulos, e grupo de natureza de despesa, com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º - O Orçamento Municipal compreenderá as Receitas e Despesas das Administrações direta e indireta e dos fundos municipais especiais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos na sua elaboração, os princípios na anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 5º - As receitas abrangerão: a tributária própria, a patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo 1º - As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, da variação do



índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Parágrafo 2º - A concessão ou aplicação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra de receita deverá estar acompanhada de:

I – Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;

II – Demonstrativo de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária e/ou;

III – Estar acompanhada de medidas de compensação, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Art. 6º - As despesas serão fixadas no mesmo valor da receita prevista e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se parcela, ainda que pequena, à despesa de capital.

Parágrafo 1º - Para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária, o poder legislativo encaminhará até o dia 30 do mês de julho de 2007, orçamento de suas despesas acompanhado de quadro e demonstrativo dos cálculos de modo a justificar o seu montante.

Parágrafo 2º - O total do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar oito por cento do somatório da receita tributária e das transferências previstas no parágrafo 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente no exercício anterior, conforme dispõe o art. 29 da Constituição Federal, acrescentando através da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de Fevereiro de 2000.



Art. 7º - Destinar-se-á à manutenção e ao desenvolvimento do ensino parcela de receita resultante de impostos, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte.

Parágrafo 1º - Será destinado, no mínimo 60% (sessenta por cento) do valor fixado no caput, para aplicação no ensino fundamental.

Parágrafo 2º - O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Art. 8º - Constituirão receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, 15% (quinze por cento) dos seguintes recursos:

I – Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS;

II – Fundo de Participação dos Municípios – FPM;

III – Imposto sobre produtos industrializados – IPI;

IV – Compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações, nos termos da Lei Complementar nº 87, de 13 de Setembro de 1996, bem como de outras compensações da mesma natureza que vierem a ser instituídas.

Parágrafo Único – Uma proporção não inferior a sessenta por cento dos recursos de que trata o “caput” será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público.

Art. 9º - A execução da Lei Orçamentária e seus adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da impossibilidade e moralidade pública, não podendo ser utilizada com o



objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 10 – O Orçamento Municipal garantirá dotação, específica para pagamento de débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de Julho de 2007.

Art. 11 – A Lei Orçamentária de 2008, somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda, e pelo menos um dos seguintes documentos:

I – Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II – Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 12 – Os créditos suplementares e especiais ao orçamento serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64 e dependerá da existência de recursos disponíveis.

Parágrafo 1º - Os recursos referidos no “Caput” são provenientes de:

I – Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – Excesso de arrecadação,

III – Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; e

IV – Produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;



V – Reserva de contingência.

Parágrafo 2º - O aproveitamento dos recursos originários de excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II, dependerá de fiel observância dos termos do parágrafo 3º, do art. 43 da Lei 4.320/64.

Art. 13 – Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido.

Art. 14 – Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de crédito suplementar ou especial, destinar-se-á obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação utilizado, quando proveniente de impostos.

Art. 15 – O projeto de lei Orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2006-2009, que tenha sido objeto de projetos e leis específicos.

Art. 16 – Até a entrada em vigor da Lei Orçamentária do ano de 2008, as cotas orçamentárias para os órgãos integrantes do Orçamento fiscal serão fixadas em conformidade com a expectativa de receita, prevista no projeto de lei Orçamentária enviado ao Legislativo.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES RELATIVAS Á DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 17 – A Lei Orçamentária só contemplará dotação para início de obras, após a garantia de recursos para pagamento das obrigações patrimoniais vincendas e dos débitos para com a Previdência Social decorrente de obrigações em atraso.



Art. 18 – Só serão contraídas operações de crédito por antecipação de receita, quando se configurar iminente falta de recursos que possa comparecer o pagamento da folha em tempo hábil.

Parágrafo 1º - A contratação de operações de crédito para fim somente se concretizará se os recursos forem destinados a programas de excepcional interesse público, observados os artigos 165 e 167, III da Constituição Federal.

Parágrafo 2º - Em qualquer dos casos a operação de crédito depende de prévia autorização legislativa.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 19 – A despesa total com pessoal, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, conforme percentuais fixados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000.

I – 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II – 54 (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo Único – Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

I – De indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – Relativas a incentivos à demissão voluntária;



III – Derivadas da aplicação do disposto no inciso II do parágrafo 6º do art. 57 da Constituição Federal;

IV – Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior da apuração a que se refere o parágrafo 2º art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;

V – Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a – Da arrecadação de contribuições dos segurados;

b – Da compensação financeira de que trata o parágrafo 9º art. 201 da Constituição Federal;

c – Das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem com seu superávit financeiro.

Art. 20 – As despesas com pessoal referidas no artigo anterior, serão comparadas, por meio de balancetes mensais, com o percentual das receitas correntes líquidas, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 21 – O disposto no parágrafo 1º do artigo 18 da Lei Complementar 101, de 200, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo Único – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – Sejam acessórias, instrumentos ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;



II – Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente;

III – Não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 22 – Não obstante o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 05 de Maio 2000, o Município ainda assim poderá contratar horas-extras:

I – Para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público;

II – Manter os serviços essenciais de saúde, educação e assistência social.

Parágrafo Único – Fica o Executivo Municipal autorizado a estabelecer por decreto, o banco de horas, de modo a possibilitar ao servidor, a acumular horas extras, para gozar folgas, prolongar suas férias e/ou compensar na sua jornada de trabalho.

Art. 23 – Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, parágrafo 1º, II da Constituição Federal, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, em especial do pessoal de ensino.

Art. 24 – Fica autorizada, a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

CAPÍTULO VI



DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 25 – Poderão ser apresentados á Câmara Municipal projetos de Lei sobre matéria tributária pertinente, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a mandamentos constitucionais e ao ajustamento às leis complementares e resoluções federais, observando:

I – Quanto ao imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano IPTU, o objetivo de assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

II – Quanto ao imposto sobre Tramitação de Bens imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, a adequação da legislação Municipal ao comando de lei Complementar Federal ou de resolução do Senado Federal;

III – Quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, a adequação da legislação Municipal aos comandos da Lei Complementar Federal e a mecanismos que visem à modernização de sua cobrança, arrecadação e fiscalização;

IV – Quanto às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos prestados ao contribuinte, a incidência ou não do tributo;

V – Quanto à contribuição de melhoria, a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

VI – A instituição de novos tributos ou a modificação dos já instituído, e decorrência de revisão da Constituição Federal;

VII – O aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à sua racionalização, simplificação e agilização;



VIII – A aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração à legislação tributária;

IX – O aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, visando à modernização e à eficiência na arrecadação equânime da carga tributária.

Parágrafo Único – A concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira de que decorra renúncia de receita somente poderá ser aprovada, se:

I – Estiver acompanhada de estimativa do impacto orçamento-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;

II – Indicar a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas;

III – Definir os limites de prazo e valor;

IV – Tiver período de vigência igual ou inferior ao da lei que aprovar o plano plurianual;

V – Atender ao disposto no art. 14 da lei Complementar nº 101/2000;

VI – Não ensejar, pela diminuição da receita corrente líquida, a necessidade de redução da despesa total com pessoal de qualquer Poder do Município.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 26 – Aos alunos do ensino fundamental obrigatório e gratuito da rede municipal, será garantido o fornecimento de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Parágrafo Único – A garantia no “caput” no impede o município de assegurar estes direitos aos alunos da rede estadual de ensino.

Art. 27 – Quando a rede estadual de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsa de estudo para o atendimento pela rede particular de ensino.

Art. 28 – A manutenção de bolsa de estudo é condicional ao aproveitamento mínimo do aluno.

Art. 29 – Só serão concedidas subvenções, contribuições e auxílios a entidades que sejam reconhecidas como de Utilidade Pública, e que visem à prestação de serviços de assistência social, médica, educacional, cultural e desportiva.

Parágrafo 1º - Só se beneficiarão das concessões de que trata o “Caput”, as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores.

Parágrafo 2º - Poderão ser concedidos auxílios, contribuições e subvenções, a entidades da administração indireta.

Parágrafo 3º - A execução das ações de que tratam o “Caput” fica condicionada à autorização específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Art. 30 – O Município aplicará anualmente em ações e serviços de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados na forma de Emenda Constitucional nº 29 de 13 de Setembro de 2000.



Art. 31 – Os critérios para limitação de despesas, quando a evolução da receita comprometer os resultados orçamentários pretendidos e enquanto a dívida não retornar ao limite, serão fixados em decreto do executivo municipal, e não abrangerão despesas:

- I – Que constituam obrigações constitucionais e legais;
- II – Destinadas ao pagamento do serviço da dívida;
- III – Destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social.

Art. 32 – O sistema de controle interno acompanhará a eficiência das ações desenvolvidas e avaliará os resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Art. 33 – O município poderá auxiliar o custeio de despesas próprias do Estado e da União, desde que:

- I – Haja previsão orçamentária;
- II – Formalize instrumento de convênio, acordo, ajuste ou congêneres.

Art. 34 – O Executivo Municipal, para estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal e desembolso, observará:

- I – A vinculação de recursos a finalidades específicas;
- II – As áreas de maior carência no Município.

Art. 35 – As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, e legislações posteriores.



Art. 36 – Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000:

I – As despesas relativas a compras e serviços cujos valores forem inferiores a R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

II – As despesas relativas a obras e serviços de engenharia, cujos valores forem inferiores a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 37 – A Lei Orçamentária Municipal conterà reserva de contingência, equivalente a, no mínimo, 0,2% (zero vírgula dois por cento) da receita corrente líquida na proposta orçamentária, destinada a:

I – Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

II – Fonte compensatória para abertura de créditos adicionais.

Art. 38 – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no caso de despesas já existentes e destinadas à manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 39 – Integram esta lei os anexos das metas fiscais e riscos, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 40 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Paraíso, 17 de Setembro de 2007.

José de Sousa Nelci



ADMINISTRAÇÃO PARA TODOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG
CNPJ/MF 24.791.154/0001-07

Prefeito Municipal

**Este texto não substitui o publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal no dia
17/09/2008.*